



4203 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT02 - História da Educação

?EDUCAR A INFÂNCIA É UMA CIÊNCIA?? O ESPAÇO MÉDICO-EDUCATIVO DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DA PARAÍBA (1912-1922)

Débora da Silva Sousa - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

RESUMO

Como sementeira do amanhã, a infância é depositada dias melhores para o Brasil e suas federações, por intermédio da atuação das elites e dos médicos ao se proporem a “trabalhar” em prol da saúde e da educação das crianças fundando espaços para salvá-las e regenerá-las, tais como os Institutos de Proteção e Assistência à Infância em que a Paraíba passa a dispor no ano de 1912. Dessa forma, objetivamos com este artigo analisar, ainda que, brevemente, as ações iniciais realizadas pela instituição na capital paraibana nos primeiros anos de funcionamento, entre 1912-1922, apresentando algumas leituras e percepções que são atribuídas à infância a partir das formas empregadas pela policlínica para cuidá-la. Dialogamos com alguns periódicos que tratam do funcionamento do instituto, outros documentos que nos permitem perceber o contexto de sua fundação e estudos historiográficos que tratam do tema e da temporalidade analisada para que possamos pensar a importância que a infância recebe desde então. Apropriamo-nos, ainda, das contribuições teórico-metodológicas fomentadas por Roger Chartier (1990; 1998) e Michel de Certeau (2012), respectivamente as categorias de leitura e representação, e espaço.

Palavras-chave: Infância, saúde, educação.

“EDUCAR A INFÂNCIA É UMA CIÊNCIA”? O ESPAÇO MÉDICO-EDUCATIVO DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DA PARAÍBA (1912-1922)

INTRODUÇÃO

No decorrer das pesquisas em campo e das leituras que versam sobre a História da saúde/doença e da educação, percebemos que, no decorrer do século XX, a escola é apenas uma das instituições elegidas pela Medicina para nortear o saber pedagógico. Uma dessas variantes, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Rio de Janeiro, fundado pelo médico Carlos Arthur Moncorvo Figueiredo Filho, em 1889, consiste em uma policlínica filantrópica direcionada para a promoção de uma infância saudável nacionalmente, a partir de um protótipo médico-educativo voltado para a criança desvalida (ANAIS, 1924). De sede oficial a ser lida e apropriada fundam-se, no decorrer dos novecentos, filiais nas diversas capitais federais da República, dentre as quais conta a Paraíba?

A mencionada pesquisa evidencia sua existência histórica e assim permite-nos, com o presente artigo, analisar brevemente a leitura desse modelo institucional na Paraíba, a saber, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Paraíba, entre os anos iniciais de seu funcionamento na capital paraibana, no transcurso dos anos de 1912-1922. Na época em estudo, os médicos da instituição passam a ofertar gradativamente e gratuitamente serviços pediátricos como a puericultura, a higiene infantil, a instrução higiênica, programas de incentivo à amamentação, atendimento clínico, internamentos, maternidade, pré-natal e escola (Revista Era Nova, 01 de maio de 1921, p. 8).

O breve estudo insurge pelas aproximações notadas entre as formas como os médicos da época prescrevem o ver e o relacionar-se com a infância brasileiro-paraibana e com as maneiras contemporâneas de percebê-la e de cuidá-la. Temos aprendido que educar a infância é um exercício complexo que demanda as junturas entre diversos campos de saberes, dentre estes o médico e o educacional. Parece que é no transcurso do século XX que a educação da criança brasileira e seus cuidados passam a ser mediados, enfaticamente, por conhecimentos que se afirmam como legitimamente científicos, como se comporta o médico no exercício da Medicina quando cuida e educa a infância.

Acrescentamos que, no começo do século XX, o Estado articula-se à Medicina e passa a interessar-se pelas problemáticas da saúde e da educação do povo brasileiro. Na concepção médica, as mesmas atrelam a República às condições do atraso e da incivilidade. Assim, enquanto “sementeira do porvir” (ANAIS, 1924, p. 136), a infância é depositada à esperança de um futuro melhor para o Brasil, devendo passar pela intervenção pediátrica para tornar-se um “soldado da pátria”, instruído, saudável e produtivo (DÁVILA, 2007, p. 22).

Médicos como o pediatra Walfredo Guedes Pereira e outros esculápios paraibanos, como Flávio Maroja, se representam como colaboradores desse projeto de modernizar o Estado e suas localidades, de melhorar a história da saúde e da educação infantil paraibana. Para tanto, fundam em 01 de novembro de 1912, o IPAI da Paraíba (Jornal A Imprensa, Paraíba, quinta-feira, 09 de outubro de 1913), que funciona no formato citado até a década de 1950.

Assim sendo, a tessitura em uma História da Educação relacionando-a com a saúde apresenta-se pertinente, pois além das proeminências históricas e sociais apresentadas, os estudos atuais, no âmbito, se articulam a empréstimos disciplinares. Trata-se de uma

análise que se orienta pelas perspectivas das “ciências” História e Pedagogia, para discorrer acerca da emergência da instituição paraibana e algumas de suas práticas curativas e educativas: a Nova História Cultural, especificamente as contribuições teórico-metodológicas sugeridas por Roger Chartier (1990; 1998) e Michel de Certeau (2012); e leituras que perpassam pelas aproximações entre saúde e educação no campo da História.

O pretense artigo tem nas fontes escriturárias e impressas o embasamento para sua produção. Nesse sentido, organizamos as mesmas nos pautando em seus respectivos lugares e contextos de produção: as paraibanas, os periódicos *A Imprensa* e *a Revista Era Nova* e outras fontes históricas, como as correspondências, produzidas por médicos que atuaram na federação paraibana; e um outro documento produzido por médicos que se relacionaram com a sede do instituto, como os Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância organizado por Moncorvo Filho e outros pediatras, no Rio de Janeiro, em 1922. Nesse lugar metodológico, tais textos e seus discursos não são observados como objetos que desvendam o real. Mas, sistemas construtivos, compostos por linguagens, pensamentos e representações, intercedidas por realidades subjetivas e sociais (CHARTIER, 1990).

Os documentos, portanto, são lidos a partir de “uma busca, uma caça” (CHARTIER, 1998) pelas rupturas no ver, no tratar e no educar a infância, especialmente as promovidas pelo espaço médico paraibano citado. Mas também, para diagnosticar um pouco de seu cotidiano e dos seus sujeitos: os médicos que curam e educam e, assim, delimitam, normatizam e interdita ações das mães e dos infantes; estes possivelmente se deixam medicar e educar, mas em outros momentos negociam e recusam ao que prescreve os pediatras.

DESENVOLVIMENTO

O instituto da capital adquiriu considerável visibilidade entre os paraibanos quando, no decorrer da década de 1920, intensificou-se a circulação de cartas e periódicos na Paraíba que trazem representações médicas que informam as condições de saúde dos pobres que habitam a Paraíba do Norte e outras partes ruralizadas que compreendem a federação paraibana. Os enunciados elaborados pelo olhar de uma parcela elitizada, “desenha” o homem pobre “local” e, dentre este a criança desvalida, como criatura suja e anômala (Carta de Accácio Pires a Belisário Penna, 7 de julho de 1921).

Um pouco antes, na primeira década do século XX, o jornal católico *A Imprensa* divulga que a fundação do instituto consista no remédio para curá-lo dessas “enfermidades” sociais que já eram identificadas há tempos pelos inspetores da higiene pública da Paraíba. As doenças poderiam ser sanadas através do modelamento médico nas práticas de cuidar e educar o corpo infante (Jornal *A Imprensa*, Paraíba, segunda-feira, 25 de novembro de 1912).

Assim, torna-se possível vislumbrarmos a filantropia praticada pela instituição, enquanto assistência que se enuncia como exclusivamente racional/científica e de utilidade social, todavia “sob os são princípios da caridade aliados à ciência” (ANAIS, 1924, p. 130). A compaixão piedosa é uma dessas pressuposições que legitima a fundação, a manutenção (doações), a atração público/paciente e as práticas médico-educativas da instituição paraibana e o instituto sede que a serve de modelo. Para Caponi (2000, p. 37) a filantropia médica tem como pressuposto uma “crueldade compassiva”, cujas dores dos pacientes os médicos transformam em “espetáculo”, ao estudá-las e utilizá-las em benefício do desenvolvimento da ciência e da nação.

Nesse aspecto, os pediatras paraibanos leem e se apropriam do modelo médico-educativo de assistência ao infante elaborado pelo “esculápio” Moncorvo Filho e outros médicos da Capital Federal. Intelectual que ao fundar a sede institucional, é tido, no contexto, como referência nas formas de prescrever a educação da infância (ANAIS, 1924, p. 122). De tal modo, fazemos uma História da Formação/Educação do infante pobre paraibano, a partir de construções médico-discursivas: a produção de representações, de conhecimentos e de práticas educativas. Destarte, alguns dos conceitos elaborados por Chartier (1990), tais como a representação e leitura se posicionam como fundamentais para esta tessitura

Primeiramente, a concepção de que uma “uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17) através das representações coletivas: as percepções do mundo social elaboradas intencionalmente por sujeitos de saber-poder, que, assim, posicionam a si e aos outros, classificam e ordenam a sociedade e as práticas culturais (CHARTIER, 1990, p.17). O pediatra, por meio dos periódicos locais, faz circular olhares que elabora para o corpo da criança, os gestos e ações, delineando o fazer e o agir que tornam as práticas médico-educativas legítimas; e como parte das representações, a fundação e o funcionamento do instituto, pois demarcam os lugares sociais do médico, do infante e dos demais sujeitos que se relacionam com a instituição.

Essas representações embasam-se também nas textualidades médicas sulistas, apresentando, todavia, marcadores históricos e espaciais que atribuíam sentidos particulares ao infante desvalido e ao projeto assistencial que os paraibanos mais afortunados desenvolvem. O jornal *A Imprensa*, ao nomear geograficamente a infância e o instituto, territorializa a leitura que a elite paraibana produz à infância desvalida como doente e perigosa, e a forma assistencialista pensada e praticada, especialmente por médicos, para educar e redimir as crianças.

Pois, a leitura consiste numa prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares (CHARTIER, 1990). Sob esta forma de ler, o pediatra paraibano (re) constrói a maneira como olha o infante, (re) inventa conhecimentos e modos de educá-lo. O IPAI paraibano, portanto, é um espaço físico que ensina modos de viver aos infantes e às mães, unindo dimensões materiais às relações humanas, sociais e culturais que o faz uma “geografia” de vivência (Revista *Era Nova*, 11 de outubro de 1912, p. 9). De tal modo, o espaço do instituto equivale ao que Certeau (2012, p. 202) define como espaço: “um cruzamento de móveis”, não estático, mas como “um lugar praticado”, que se dá no movimento causado pela intervenção humana. Movimento este, prático pelas ações, mas também pelo discurso e pela narrativa quando os textos médicos e jornalísticos são produzidos de forma que narram o cotidiano da instituição e o evidencia enquanto um espaço que molda os sujeitos pelos cuidados que prescreve e realiza.

CONCLUSÃO

Diante de uma República que desejava se modernizar pelo bisturi médico, mas pouco ou nada fazia para que o dito progresso aqui se instalasse, setores das elites brasileiras (e também paraibana) abraçaram a causa de civilizar a nação pela intervenção aos modos de vida das populações pobres. Acreditavam que a condições de insalubridade dos espaços e das gentes se daria pela educação higiênica das famílias e, em especial, pelos cuidados e pelas instruções de saúde realizadas desde muito cedo, a começar pela infância.

Foi naquele cenário, que as crianças brasileiras passaram a ser concebidas como sujeitos com particularidades, mas também como futuros cidadãos com potenciais para a produtividade caso fossem educados pelas interações entre medicina e educação tornando-os assim saudáveis no corpo, na alma e no pensamento. Os Institutos de Proteção e Assistência à Infância, dentre eles o da Paraíba, fizeram parte do projeto assistencialista e civilizatório para salvar e redimir a nação através da saúde e da educação da população. A partir do oferecimento de diferentes serviços clínicos, profiláticos e instrucionais que, forjados nas faculdades e academias de medicina, faziam dos médicos da infância os verdadeiros conhecedores das formas como funcionava o complexo corpo da criança.

Dessa forma, cuidar e também educar a criança aparenta ter-se tornado uma ciência no Brasil, mas também na Paraíba. Pois, os representantes da medicina e da pediatria local que fundaram e fizeram funcionar o IPAI paraibano divulgavam, mediante os periódicos da capital, os saberes e fazeres elaborados na instituição como exemplos de conhecimentos modernos e, portanto, eficientes e adequados aos cuidados e a educação da infância. A especificidade de atender o público pobre e infantil e outros sujeitos que interferiam diretamente na sua saúde e educação demonstrava que a concepção moderna de saúde e educação da criança era lida e apropriada pela pediatria paraibana: a infância como uma fase da vida complexa e repleta de particularidades que apenas os estudos racionais da medicina poderiam compreender e elucidar.

FONTES:

Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1921-1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

Carta de Accácio Pires a Belisário Penna, do dia 07 de julho de 1921.

Jornal A Imprensa, Paraíba, 32 de outubro de 1921

_____. Paraíba, 25 de novembro de 1912.

_____. Paraíba, 09 de outubro de 1913.

Revista Era Nova, 01 de maio de 1921.

_____. 01 de outubro de 1921.

REFERÊNCIAS

ARIËS, Philippe. **História Social da Família e da Criança**. Tradução: Dora Flaksman, - 2.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BURITI, Iranilson. **Palmatória da Saúde, Estetoscópio da Educação**: leitura, circulação e recepção dos discursos médico-pedagógicos na Parahyba (1919-1945). Projeto de Pesquisa. CNPq, 2010.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão á solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2012

CHARTIER, Roger. **A história Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

DÁVILA, Jerry. “**Construindo o homem brasileiro**”. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2007.

DE LUCA, Tania Regina. História do, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**/ Carla Bassanezi Pinsky-São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Júnia Sales. **História, ciência e infância**: narrativas profissionais no processo de singularização da Pediatria como especialidade. Brasília: CAPES; Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SANFELICE, José Luiz. **História e Historiografia das Instituições Escolares**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009. Disponível http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf. Acesso 3 junho 2014.